

Relatório Final

XXXIII REUNIÃO ORDINÁRIA DE PONTOS FOCAIS DE COOPERAÇÃO DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA - CPLP

Brasília, 26 e 27 de outubro de 2016

1. Sessão de Abertura

As saudações de boas-vindas foram feitas pela Diretora-Adjunta da Agência Brasileira de Cooperação, Ministra Andréa Saldanha da Gama Watson, que cumprimentou a Diretora Geral do Secretariado Executivo da CPLP (DG), Georgina Benrós de Mello, o Diretor de Cooperação (DC), Manuel Clarote Lapão e Timor-Leste, na pessoa do Conselheiro Jesuíno Alves, Diretor para os Assuntos da CPLP no MNEC de Timor-Leste. Apresentou ainda o Embaixador Luís Henrique Sobreira Lopes, Diretor do Departamento de África do MRE Brasil, e o Embaixador Gonçalo de Barros Carvalho e Mello Mourão, Representante Permanente da Missão do Brasil junto à CPLP.

Afirmando ser um prazer receber todos os representantes e participantes, formulou votos de um frutífero trabalho. Destacou, ainda, alguns pontos a serem abordados pela Reunião, que considerou importantes para a futura agenda da presidência brasileira, designadamente o item 4 da Agenda - a reflexão sobre a revitalização da Reunião de Pontos Focais de Cooperação, que o Brasil reputa de grande importância para a futura agenda de cooperação da CPLP e, também, o Seminário: *Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e o impacto da Agenda 2030 no futuro da Cooperação na CPLP - Contribuições da CPLP*.

Seguidamente usou da palavra a DG do Secretariado Executivo da CPLP, referindo ser um prazer realizar a RPFC no Brasil, esperando que represente uma nova fase de vida da Comunidade, assinalando que seria neste fórum que se iniciaria a transferência da presidência. Reforçou que, para além desse simbolismo, se tratava de uma importante reunião pelo conteúdo a ser trabalhado e que visaria situar a CPLP no novo século. Concretizou, referindo alguns desafios como a visão estratégica da CPLP, já endossada em março de 2016 e que seria nesta Cimeira aprovada pelos Chefes de Estado e de Governo da CPLP. Considerou fundamental que a RPFC ajudasse a traçar caminhos para projetar a Comunidade, encontrando respostas para dar corpo à visão, recordando o contributo específico deste órgão para o efeito. Uma responsabilidade alta, acrescentou, pois exigiria um grande esforço de reflexão sobre como colocar a máquina ao serviço do desenvolvimento dos povos. Disse que a Agenda 2030 apontava alguns caminhos e seria

importante incorporar esses objetivos, mas também debater e abrir caminhos novos. Finalmente, apelou a que os PFC se assumissem como coordenadores de áreas setoriais e não apenas dos MNE/MRE.

O representante de Timor-Leste endereçou agradecimentos ao caloroso acolhimento pelas autoridades brasileiras e pela disponibilidade do Brasil em albergar a XXXIII RPFC. Agradeceu ainda aos colegas e ao Secretariado Executivo, especialmente na pessoa do seu Diretor da Cooperação, pela habitual colaboração, disponibilidade e determinação na prossecução das metas traçadas pela Presidência Rotativa da CPLP por Timor-Leste no âmbito da cooperação, durante os últimos 27 meses.

Referiu que, durante o biénio de 2014-2016, Díli havia albergado mais de 20 Reuniões em vários níveis e que os representantes dos Estados Membros que se deslocaram a Díli, no quadro das várias Reuniões Ministeriais-Setoriais, manifestaram a solidariedade dos seus povos e dos seus países para com a Presidência, reforçaram o conhecimento mútuo necessário e expuseram o imenso potencial que existe na esfera da cooperação. Considerou que haveria que racionalizar e otimizar os recursos de modo a que os objetivos fossem concretizáveis. E, para tal, destacou a importância da vontade política. Referiu, a este propósito, a utilidade de um debate para repensar a cooperação à luz de um novo paradigma, com o envolvimento do setor privado e do mundo empresarial, tal como contemplado no objetivo 17 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), no sentido de reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Notou que o seu país acompanhara os debates internacionais que resultaram na adoção dos ODS e que ao longo da Presidência rotativa, haviam promovido o reforço nas relações entre as entidades governamentais e entidades privadas, especialmente com o mundo económico-empresarial, procurando desenvolver no seio da Comunidade uma cooperação centrada na área económica e empresarial. Acrescentou que Timor-Leste advogou pelo investimento no setor de energia e hidrocarbonetos, com o eventual suporte de um banco de investimento, que pudesse subsidiar eficazmente os programas de cooperação em prol de desenvolvimento da Comunidade, tendo aqui ressaltado que a crise internacional não tinha permitido avançar com estabelecimento de um consórcio na esfera dos hidrocarbonetos e “travara” a criação desse banco de investimento. Afirmou que o Fórum Económico Global representava uma iniciativa da Presidência Rotativa da CPLP por Timor-Leste, em prol da Comunidade, que reunira pela primeira vez em Díli, vários empresários da Comunidade, tendo considerado que a experiência do Fórum se revelara muito útil, destacando o pedido de institucionalização constante da Declaração Final.

Concluiu, lembrando que durante 27 meses, Timor-Leste coordenara a Presidência Rotativa da CPLP e que apesar de todas as suas limitações, procurara contribuir para o desenvolvimento da CPLP. Desejou ainda ao Brasil votos de maior sucesso no âmbito da Presidência para o próximo biénio.

A representante da ABC, Alessandra Ambrosio, Ponto Focal de Cooperação do Brasil (PFC BR) enalteceu o esforço e bom desempenho da Presidência de Timor-Leste, reconhecendo também o trabalho da PFC de Timor-Leste, Dra. Lídia Martins, na condução da RPFC. Recordou, também, o desempenho da PFC de Moçambique, Dra. Albertina Mac Donald, ressaltando que a atuação de suas antecessoras possibilitara uma aprendizagem fundamental para a Presidência brasileira que se iniciava naquele momento.

2. Aprovação da Agenda de Trabalho e do Programa

O DC saudou a DG e a Presidência cessante de Timor-Leste, desejando sucesso ao Brasil para a Presidência que se iniciava. Informou que os PFC podiam aceder a toda a informação relevante para a Reunião nas pastas eletrónicas. Em seguida, indicou que na última versão circulada da agenda - versão 4 - haviam sido incluídas duas novas propostas de atividade no ponto 6.

A Ponto Focal de Cooperação de Portugal (PFC PT) solicitou que fosse acrescentado um ponto de informação relativo ao VIII Fórum Mundial da Água.

A RPFC considerou a agenda aprovada com a inclusão do ponto 7.10 - VIII Fórum Mundial da Água (Anexo II).

3. Apresentação pelos Pontos Focais de Cooperação do acompanhamento e articulação com as áreas Sectoriais

A PFC BR recordou o exercício feito na RPFC de Díli, considerando-o muito positivo, para compreender as diversas formas de articulação nacionais, bem como as dificuldades sentidas.

O Ponto Focal de Cooperação de Angola (PFC ANG) saudou Timor Leste pela Presidência e pela coordenação da RPFC no último biénio. Afirmou que ao longo do mandato de Timor-Leste da RPFC assistira a momentos relevantes na atividade de cooperação da CPLP, representando a primeira extensão da CPLP para Ásia. Enalteceu o grande esforço de Timor-Leste para albergar reuniões, bem como o esforço dos EM para chegar a Díli para participar nas inúmeras reuniões. Agradeceu também as condições criadas pelo Brasil que permitira terem sido muito bem recebidos.

Proseguiu afirmando que a nova visão representará uma nova vivência, abrindo-se agora a perspetiva que a organização se abra para países além dos fundadores e a novas categorias de participação, sublinhando a necessidade dos PFC estarem preparados para receber essas mais-valias, trabalhando para a sua apropriação e reforço. Afirmou que num mundo globalizado se tornava imperativo interagir com todos para poder perspetivar um futuro duradouro.

Relativamente ao acompanhamento dos PFC com setores nacionais, notou ser algo muito difícil, mas que já fora mais, pois tinha sido possível uma melhor articulação com Pontos Focais setoriais. Finalizou, revelando que em Angola começava a surgir, com uma certa naturalidade, uma cultura CPLP e que os setores nacionais, que têm a sua estrutura organizada, já chegavam aos MNE mais facilmente. Notou que o estado da economia atual não ajudava, mas disse que existiam ideias e mecanismos que poderiam ser partilhados com os demais colegas.

O Ponto Focal de Cooperação da Guiné-Bissau (PFC GB) saudou a DG e o DC, deixando também uma palavra de apreço ao mandato de Timor-Leste e formulando votos de sucesso ao PFC BR. Explicou que a coordenação nacional continuava a ser um desafio para a Guiné-Bissau e identificou a situação da instabilidade institucional no país como fator negativo para tal. A ocorrência de “dança de cadeiras” dificultava o esforço de coordenação setorial. No entanto, ainda que se tratasse de um desafio, disse esperar que fosse possível dar a volta à situação, continuando a melhorar e a superar adversidades. Finalizou, notando a relevância de poder observar as experiências dos outros PFC e ver como aprofundar esforços a nível nacional.

A Ponto Focal de Cooperação de Moçambique (PFC MOÇ) felicitou a Presidência cessante de Timor-Leste, destacando todo o esforço para garantir a prossecução da agenda da CPLP ao mais alto nível, assegurando a realização de reuniões setoriais e da RPFC, entre outras. Realçou que os desafios que o país ainda enfrenta não se refletiram na qualidade do seu mandato. Felicitou a PFC BR, que assumia funções, e manifestou a sua disponibilidade em colaborar para sucesso da RPFC durante o seu mandato. Em seguida, traçou um balanço positivo relativamente à coordenação setorial no seu Estado, que vinha inclusive a ser reforçada. Explicou que se mantinha o fórum de coordenação para a agenda internacional, onde era incluída a CPLP. Apontou, porém, dificuldades de recursos humanos, persistindo o desafio de chegar à sociedade civil e ao setor privado.

A Ponto Focal de Cooperação de São Tomé e Príncipe (PFC STP) endereçou os parabéns a Timor-Leste pela Presidência que exerceu da CPLP, formulando votos de sucesso para o Presidência Brasileira, que se iniciava. Indicou que a nível nacional é habitual a realização de uma reunião setorial para a preparação das RPFC, mas que não fora possível na preparação da presente RPFC por motivos de agenda nacional. Indicou que o trabalho com áreas setoriais vinha sendo reforçado. Notou que, também no seu Estado, a mobilidade dos responsáveis setoriais não facilitava esse esforço e que gostaria de ver com os outros EM como melhorar essa coordenação.

A Representante de Cabo Verde felicitou também Timor-Leste e agradeceu a excelência da sua Presidência, que imprimiu dinâmica e catapultou a CPLP para novas áreas. Desejou sucesso ao Brasil, notando que as expectativas são altas realçando, neste sentido, a agenda de desenvolvimento, reputada pelo seu Estado como fundamental. Informou que não foi possível obter ponto de situação relativamente à coordenação setorial, devido ao recente

processo eleitoral para as legislativas, que conduziu à nomeação de um novo Governo no seu Estado, estando ainda em curso a definição de uma nova orgânica ministerial com impacto na designação, inclusive, de novos Pontos Focais setoriais.

A Ponto Focal de Cooperação da Guiné-Equatorial (PFC GE) agradeceu ao Secretariado Executivo, particularmente ao DC e à DG, pelo constante apoio à GE após entrada na CPLP. Agradeceu à Presidência cessante de Timor-Leste pela atenção às delegações da Guiné-Equatorial nas reuniões e pelo apoio à adesão do seu país na CPLP durante a Cimeira de Díli. Agradeceu ao Brasil, na pessoa da PFC, pelo caloroso acolhimento e hospitalidade. Depois, informou que a Guiné-Equatorial enfrentava um período de adaptação aos ritmos da CPLP. Disse que estava a ser construída uma rede de PF nacionais, para estabelecer uma coordenação interministerial. Acrescentou que após a última RPFC, em Fevereiro de 2016, na Sede da CPLP, se registaram muitos avanços nalguns setores.

Indicou que o setor do trabalho infantil estava a avançar, com o Governo a trabalhar fortemente na luta e prevenção, assumindo compromisso de melhorar condições sociais, através da elaboração de um sistema de proteção social, da implementação do plano de governo, para criar um sistema favorável para todos, estando a preparação de mais legislação em curso. Sublinhou o compromisso de criar listas de trabalhos perigosos e interditos. Indicou também que estavam em preparação projetos a implementar na área da educação tendo em vista reforço da qualidade. Finalmente, acrescentou que de 5 a 7 de outubro fora realizada a I Reunião Técnica da Energia, com o apoio do SECPLP, tratando-se da primeira reunião a nível da CPLP albergada pela Guiné-Equatorial, que assumiu também o compromisso de realizar a próxima reunião ministerial da energia no seu país.

A PFC BR prestou um reconhecimento pelos grandes desafios enfrentados pela Guiné-Equatorial, destacando a vontade desse Estado para com a CPLP e oferecendo o apoio possível no referido processo de adaptação.

A PFC PT veiculou a necessidade de se conseguir uma melhor articulação, diminuindo os riscos de sobreposição, considerando até esse trabalho uma das principais razões de ser da sua existência. No seu Estado, tal era feito pelo Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, IP (Camões, IPIC), que procurava alinhar as necessidades nacionais com a CPLP, buscando oportunidades, identificando parceiros locais e novas formas de comunicação. Informou que no IC Camões, IP a cooperação entrara numa nova fase, estando em processo de alteração de procedimentos, com maior preocupação em definir metas e resultados, estabelecendo estratégias bianuais, metas qualitativas, configurando uma extensão do trabalho feito para a CPLP.

Revelou uma estratégia simples e com bons resultados - a criação de uma lista de endereços de correio eletrónico com todos os PF setoriais. Foram também estabelecidas linhas estratégicas que refletissem prioridades definidas, bem como o princípio de que qualquer projeto teria de ter um orçamento e previsão de financiamento realistas,

obedecendo a critérios e prioridades do IC Camões, IC, alinhadas com os ODS, e que se revelassem sustentáveis, com estratégias de saída.

Explicou que Portugal realizava duas reuniões anuais setoriais com diferentes PF. Notou, que persistiam dificuldades, em função das constantes mudanças de lugares, processo de remodelação interna da Administração Pública. Destacou alguns avanços, exemplificando com a Secretaria Geral da Educação e Ciência, onde fora adotado um Plano Ação de Cooperação Multilateral da Educação CPLP. Começavam a ser implementadas as seguintes ações: Produção de estatísticas da Educação, Elaboração de Glossário técnico da educação e formação da CPLP; Criação de um Portal de Educação da CPLP e a Elaboração de uma brochura CPLP Educação. Através do Gabinete Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais do Ministério da Cultura, no âmbito do Plano Estratégico dessa área, Portugal tem manifestado toda a disponibilidade em cooperar para a concretização de diversas iniciativas nas mais diversas áreas, como arquivos, cinema, artes, direitos de autor e direitos conexos. Relevou que no Programa CPLP Audiovisual tinha desenvolvido algumas iniciativas, nomeadamente no âmbito do DocTV e FicTV CPLP, onde foram desenvolvidas oficinas de desenvolvimento criativo de produção. No setor do Mar, salientou duas iniciativas, a Feira do Mar da CPLP, prevista para 2017, concretizando a vontade dos EM em conferir maior visibilidade à troca de experiências, maior envolvimento do setor privado, empresarial e cultural, bem como para reforçar a projeção internacional da organização. Afirmou que a CPLP poderia servir como quadro de cooperação para áreas de interesse comum e que o setor do Mar contava com forte empenho de PT. No que concerne à Segurança Alimentar e Nutricional, indicou que o Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural em função de dificuldades financeiras não conseguira ainda desenvolver ações de forma autónoma. Situação que, explicou, se verifica também com o PECS-CPLP, onde não se registavam ações ou avanços. Terminou dizendo que a CPLP tem muito potencial e que é possível fazer mais e melhor.

A PFC do BR expressou a relevância de se tomar nota das boas práticas partilhadas por Portugal e que a lista de endereços de correio eletrónico de PF poderia ser um mecanismo interessante de reforço da atuação em rede.

O Representante de Timor-Leste agradeceu as palavras dirigidas à coordenação de Timor-Leste no biénio em que o seu Estado deteve a Presidência rotativa da CPLP. Saudou a PFC BR, desejando sucesso na condução da reunião, para que possa haver uma maior dinâmica para a CPLP.

Quanto à coordenação nacional, explicou que com a Presidência da CPLP todos os ministérios se envolveram mais e a coordenação nacional melhorou muito. Sublinhou que no último ano da presidência fora criado um departamento para a CPLP que coordena as áreas setoriais. Agradeceu por fim ao Secretariado Executivo pelo apoio prestado e solicitou ao PFC do Brasil o envio de uma agenda tentativa das Reuniões Setoriais para o próximo ano, para que o seu país pudesse melhorar esse exercício.

O Chefe da Divisão de CPLP do Itamaraty endereçou os parabéns a Timor-Leste dizendo que era um desafio suceder a Presidências bem-sucedidas. Explicou que nos últimos meses o seu país sofrera várias mudanças institucionais e alterações da estrutura governamental, que produziram alterações de pastas e de pontos focais. Informou que, no processo de preparação para a CCEG haviam sido promovidas reuniões de coordenação, tanto com as áreas internas do MRE, responsáveis pelos diferentes temas afetos às reuniões setoriais, bem como com todas as instituições governamentais que de algum modo mantém relações com a CPLP. Explicou que tais reuniões buscaram reforçar o papel de coordenação do MRE e comprometer as áreas setoriais com as responsabilidades advindas da assunção da Presidência pelo Brasil.

Aditou que haviam sido mantidas reuniões específicas com o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, Ministério da Educação, Ministério da Ciência e Tecnologia, e com o Ministério da Justiça e Cidadania (que agora agrega as competências de direitos humanos, gênero e igualdade racial) e que foram solicitadas informações aos ministérios que tem atribuições específicas no âmbito dos diferentes planos estratégicos setoriais. O resultado desse processo seria divulgado na CCEG pelo Presidente do Brasil, indicou. Informou, ainda, que já existia um calendário indicativo de datas das reuniões setoriais.

Por outro lado, adiantou que a Agência Nacional das Águas (ANA), com quem estava a ser negociado um projeto desde 2015, se encontra em vias de resolver as dificuldades burocráticas que impediram seu arranque, estando previsto que possa arrancar ainda em 2016. Destacou a realização no Brasil do VIII Fórum Mundial da Água, em 2018, havendo já uma concertação com Portugal para o efeito.

Relativamente à cooperação multilateral na área da Ciência e Ensino superior realçou que, desde a última reunião de Ministros de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, realizada em Díli, não havia grandes avanços. Não obstante, o MCTIC, no que toca às suas competências, sugeriu centralizar esforços conjuntos futuros no projeto de Repositório Científico da CPLP, tendo em vista seu baixo custo de implementação, alto impacto e sua característica intrínseca de difusão da língua portuguesa por meio da cooperação técnico-científica. Concluiu, dizendo que o MCTIC pretende ainda no presente exercício transferir à CPLP os recursos referentes à sua cota do projeto.

4. Ponto de Reflexão: Revitalização da Reunião de Pontos Focais de Cooperação

4.1. Aferir a efetividade das atribuições dos PFC por meio da análise das “Atribuições Específicas da Reunião dos Pontos Focais de Cooperação” e da “Metodologia de Trabalho dos Pontos Focais com o Secretariado Executivo da CPLP”, bem como dos mecanismos de articulação nacionais com os Gabinetes de Coordenação do tema CPLP e Pontos Focais Setoriais.

Dando continuidade ao debate iniciado pelos PFC em 2010, a PFC do BR introduziu o ponto de agenda, afirmando ser necessário que os PFC refletissem sobre as dificuldades coletivas e individuais, bem como sobre desafios nacionais e questões relacionadas com financiamento.

Assim, propôs aos PFC para que, em conjunto com o Secretariado Executivo da CPLP e especificamente com a DIRCOOP, se desenvolvesse um exercício amplo, verdadeiro e transparente, de onde fosse possível extrair conclusões sobre o que é possível fazer para melhorar a eficácia dos trabalhos em sede de RPFC. A XXXIII seria a hora dessa reflexão, assinalou.

Para dar corpo ao exercício, solicitou apoio externo, sendo o mesmo conduzido pela Consultora Joana Amaral, enquanto facilitadora com larga experiência em mediação intercultural e com a CPLP e que, para o efeito, desenvolvera uma proposta metodológica para apoiar o exercício em apreço.

A Consultora brasileira Joana Amaral apresentou então essa proposta de atividade, centrada sobre as atribuições PFC. Seguiu-se um exercício de debate e participação livre dos PFC e SECPLP, do qual foi possível extrair um conjunto de reflexões consideradas valiosas pelos intervenientes para um melhor exercício das suas funções e que poderão constituir um recurso relevante num eventual processo de revisão do funcionamento dos PFC na CPLP e de ações de capacitação para aprimorar sua atuação (Anexo III).

4.2. Elaboração conjunta de um plano de ação para a revitalização da Reunião dos Pontos Focais de Cooperação

4.3. Elaboração de proposta de Resolução para o Conselho de Ministros sobre a revitalização da Reunião dos Pontos Focais

Ambos os pontos acabariam por ser genericamente abordados e debatidos no ponto anterior, tendo os PFC considerado que o exercício realizado deveria ter continuidade na reunião de Lisboa, em fevereiro de 2017, tendo como base um processo de reflexão que cada PFC iria realizar com base no diagnóstico apresentando pela Consultora Joana Amaral.

Em relação ao item que previa a elaboração de proposta de Resolução para o Conselho de Ministros sobre a revitalização da Reunião dos Pontos Focais, a RPFC considerou que a Resolução sobre o Fortalecimento dos Pontos Focais de Cooperação da CPLP, aprovada pela XV Reunião Ordinária do Conselho de Ministros, em 22 de Julho de 2010, mantinha a sua atualidade, dando respaldo às ações que se pretendiam.

DELIBERAÇÃO Nº 1

- Foi decidido continuar o processo de reflexão na XXXIV RPFC, de fevereiro de 2017, devendo os PFC ter como base de trabalho o diagnóstico apresentando pela Consultora Joana Amaral durante a presente RPFC;
- Conforme deliberação da XXXII RPFC, espera-se a apresentação de uma proposta de revisão das categorias de decisão da RPFC com a introdução de novas categorias, por forma a poder acautelar situações em que seja reconhecido mérito à atividade proposta mas em que não haja financiamento.

5. Programa Indicativo de Cooperação

5.1 Execução Financeira em 2016

O Diretor de Administração e Finanças (DAF), Macsud Ismail, apresentou este ponto, recordando que o relatório financeiro fora distribuído aos Estados Membros e estava disponível para consulta. Fez em seguida um breve resumo dos principais movimentos, procedendo a uma leitura horizontal das tabelas e relatórios, realçando não terem havido grandes alterações face ao último processo de prestação de contas, assinalando que os números apresentados estavam atualizados até setembro de 2016. Da apresentação levada a cabo (anexo IV), realçou que existiam 90 projetos ou atividades com recursos disponíveis no Fundo Especial (FE).

Do conjunto de atividades reportadas, destacou o Programa Audiovisual como aquele que representava um maior aporte de recursos no FE. Assinalou por fim que o Secretariado Executivo geria cerca de 90 atividades com recursos humanos limitados e uma equipa muito pequena.

A PFC BR enalteceu esforços da DAF para apresentar informação precisa e atualizada. No que concerne à baixa execução financeira dos projetos comprometeu-se a analisar o tema junto dos diversos setores com responsabilidades nesse sentido do lado brasileiro.

5.2 Quadro de Execução de Projetos e Ações Pontuais do PIC

O DC, antes de passar à análise do quadro de execução de projetos do PIC (anexo V), recordou a deliberação dos PFC na reunião de fevereiro de 2016 sobre a aplicação de recursos livres disponíveis, na medida em que dessa decisão deveria ser retomada na presente reunião com a tomada de decisão sobre outras atividades já listadas e hierarquizadas em termos de prioridade.

Em seguida apresentou um ponto de situação sobre a aplicação de recursos e execução técnica das atividades constantes dessa lista de prioridades. Assim:

- Referiu que, no âmbito da Campanha juntos contra a Fome, estava em curso, desde setembro do corrente ano, o projeto desenvolvido em São Tomé e Príncipe,

- implementado pela ONG HELPO sobre a temática da nutrição escolar. Neste âmbito, explicou também que, no seguimento da deliberação da XXXII RPFC, que aprovou que a cada nova RPFC fosse levado a aprovação de financiamento da RPFC uma nova iniciativa do portfólio de projetos da Campanha, por opção da DIRCOOP, se optou por não apresentar uma nova iniciativa, pois decorriam atividades da Campanha que perspetivam a arrecadação de recursos que poderão complementar os existentes e assim dar início à quarta atividade, que terá lugar em Moçambique. Referiu em seguida que na reunião de fevereiro de 2017 se retomaria essa deliberação, dando conta de que está em curso, com a participação de representantes das Missões junto da CPLP em Lisboa, um processo de avaliação do potencial e modalidades de gestão da Campanha, cujas conclusões se pretende partilhar já na próxima RPFC;
- Acrescentou que o projeto de formação no combate ao tráfico de seres humanos, aprovado na última RPFC, ainda não arrancara, mas havendo contactos com autoridades angolanas que permitiriam prever que o mesmo estivesse para breve;
 - Informou que o Portal Conexão Lusófona obteve, desde a última RPFC, o apoio de Portugal e de Cabo Verde, e que o Secretariado Executivo da CPLP estava a trabalhar com a entidade executora na implementação do projeto. Acrescentou o projeto estava a trabalhar com uma equipa e um escritório-redação equipado continuando o processo de formação de uma rede de colunistas lusófonos voluntários, espalhados pelos Estados membros, bem como a produção e curadoria diária de um coletivo de notícias;
 - De igual forma, explicou que o Centro de Informação em Proteção Social (CIPS) tinha beneficiado de um financiamento adicional de Portugal que permitira o prolongamento das suas atividades;
 - Relativamente ao Portal do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia da CPLP indicou que prosseguiram as concertações entre o SECPLP e os Estados membros para garantir o orçamento necessário ao arranque da atividade;
 - No que concerne a atividade 2016 - Ano CPLP contra o Trabalho Infantil, explicou que esta se iniciara com a realização da V Reunião dos Pontos Focais para a área do Trabalho Infantil da CPLP, realizada a 27 de janeiro 2016, à margem da Ação de "Formação de Pontos Focais para a área do Trabalho Infantil dos Países da CPLP", coorganizada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e pelo Secretariado Executivo da CPLP (SECPLP), tendo sido desenvolvido um conjunto de atividades em preparação da participação da CPLP na IV Conferência Global sobre este tema, a ter lugar na Argentina, em 2017, nomeadamente através da intensificação da visibilidade política para a problemática nos Estados-membros da CPLP; da produção de uma carta de recomendação conjunta da OIT e SECPLP apelando à ratificação das convenções fundamentais da OIT nesta matéria, pelos Estados membros que ainda não o fizeram; da aprovação dos Planos Nacionais contra o Trabalho Infantil, nos Estados-membros que ainda não o fizeram; da implementação e aprovação das Listas dos Trabalhos Perigosos interditos a Crianças, nos Estados-membros que ainda não o fizeram; da preparação de uma posição concertada da CPLP a ser apresentada na IV Conferência Global sobre

Trabalho Infantil a ter lugar na Argentina em 2017; e da preparação e disseminação de material alusivo ao Dia Mundial contra o Trabalho Infantil e ao Ano para os pontos focais e parceiros da Sociedade Civil.

Entrando no detalhe do quadro de execução do PIC, disse que o Secretariado Executivo continuava a sentir, que existe apetência de diferentes entidades dos Estados Membros e parceiros para continuar a trabalhar com organização. Essas parcerias abrem perspectivas de ações para desenvolver no médio prazo, reforçando assim importância estratégica da organização.

Sobre o primeiro projeto - Apoio ao Desenvolvimento da Produção de Artesanato em São Tomé e Príncipe - Fases II e III - informou que o projeto estava concluído e monitorizado, estando a ser analisadas e trabalhadas estratégias de saída. Ressaltou dificuldades com a sustentabilidade da cooperativa de artistas, nomeadamente a ausência de espaço adequado, a falta de recursos técnicos e materiais, a diminuição da receita obtida e insumos do projeto que foram roubados. Assinalou que seria importante reter lições aprendidas para futuras edições, dado tratar-se de um piloto e mantendo-se a perspectiva de que avance para outros Estados Membros.

Seguidamente, reportando ao Programa CPLP nas Escolas, informou que este se encontrava inativo, pois após a Iª Fase, que terminara em Julho de 2015, não fora possível avançar por falta de recursos, notando que Angola contribuíra com €35.000,00. Embora tal gerasse grande frustração, observou que deveria haver coragem dos PFC para terminar o projeto, pois tendo em conta o lapso decorrido desde que a Iª fase cessou, já não valeria a pena avançar para a fase II.

Os resultados finais do projeto Capoeira: formação técnico-profissional e cidadania foram apresentados pelo representante da Entidade Executora, Centro Cultural Raízes do Brasil, Mestre Ralil Salomão, que começou por manifestar a sua satisfação em, através deste projeto, ter tido oportunidade para conhecer melhor a CPLP e o trabalho importante que é feito, não só nos Estados CPLP mas com repercussões para outros Estados Membros dando o exemplo do próprio projeto de capoeira com repercussões no Gabão. Afirmou que o projeto havia ido muito além dos seus objetivos iniciais, por ter tido significativo impacto na área social, com influência não só nos diretamente nos alunos, como junto dos familiares e pessoas conexas. Explicou que o projeto se centrava no ensino e prática da capoeira enquanto atividade cultural, parte da cultura brasileira. Mas que através do mesmo fora possível ensinar e aprender, havendo uma verdadeira troca intercultural.

Através do projeto, em São Tomé, houve uma atenção especial dada às práticas culturais locais, que resultou num aumento do seu uso. Sublinhou o lado educacional e social do projeto, pois a capoeira é um desporto, uma arte marcial e uma prática cultural. Sublinhou a relevância da interação no contexto de grupo, sem diferenciação classes ou etnias, tratando-se de uma arte realmente democrática. Através da capoeira, aprendemos a respeitar o próximo, explicou. Assim, considerou que o projeto em São Tomé e Príncipe contribuíra para enraizar valores permanentes.

Recordou que o projeto abordava também outras componentes, como saúde, meio ambiente, sensibilização contra uso de drogas incluindo álcool, entre outros, através da realização de oficinas temáticas, tirando partido das valências dos diferentes professores. Também a passagem de conhecimento sobre a confecção instrumentos, permitiu ganho de capacidades, notou.

Agradeceu o apoio do Secretariado Executivo, em particular do DC e da sua equipa. Manifestou o interesse e disponibilidade em prosseguir o projeto para a Guiné-Bissau, recordando que fora realizada uma prospeção naquele Estado, e que apenas em virtude da instabilidade que surgira, não fora possível o arranque do projeto.

A PFC STP agradeceu ao Brasil, à CPLP e aos Estados Membros, pela implementação do projeto, que tivera enormes êxitos, especialmente junto dos jovens. Afirmou que se tratava de um projeto de que outros Estados Membros poderão beneficiar. Explicou que o seu país tentara dar seguimento ao projeto passando a implementá-lo em contexto escolar, mas que infelizmente ainda não se revelara possível a introdução no curriculum. Existe um forte interesse nas creches e em algumas escolas privadas tal já acontecia, relatou. Considerou que se tratava de um desporto que ensina cidadania e promove o saber com estar com os outros. Agradeceu a iniciativa em implementá-lo em São Tomé e Príncipe, esperando que pudesse prosseguir.

A PFC BR informou que em julho passado decorrera uma missão de encerramento, na qual foi possível observar essa passagem de valores e promoção da cultura local. Considerou o trabalho desempenhado pelos professores impressionante e que deveria ser valorizada a transformação na forma como os jovens passam a pensar e agir.

O PFC da Guiné-Bissau lamentou que, em função da instabilidade política não tivesse sido possível implementar o projeto no seu Estado. Opinou que, tendo já havido uma deliberação de que a Guiné-Bissau seria o próximo país onde o projeto iria ser desenvolvido, se deveria retomar a mesma.

O PFC de ANG disse que no passado a RPFC havia concluído que o projeto deveria ter seguimento e que alguns Estados manifestaram o seu interesse em beneficiar do mesmo. Perguntou o que seria necessário para que assim o pudesse ser.

A PFC do Brasil indicou que haveria uma falta de recursos para poder implementar noutros Estados. Explicou que se detetara uma necessidade de estender o projeto em São Tomé e Príncipe, designadamente para garantir a sustentabilidade e os efeitos multiplicadores do projeto, implementando técnicas pedagógicas. Recordou que a intenção era que fosse um piloto a ser posteriormente replicado, subsequentemente na Guiné-Bissau, mas que ao longo do desenrolar do projeto se verificou que se tratava de um projeto muito oneroso.

O PFC de ANG sublinhou que tanto o seu Estado como a Guiné-Bissau, sentiam que a atividade era meritória e que se deviam procurar soluções para que pudessem vir a beneficiar do mesmo. Sugeriu que, se assim entendesse a Guiné-Bissau, poderia libertar recursos para o efeito do fundo para a Guiné Bissau existente no Fundo Especial da CPLP. Realçou a importância de que existisse um parceiro nacional bem identificado como contraparte.

O DC deu conta dos recursos financeiros ainda disponíveis no piloto realizado em São Tomé e Príncipe e indicou a pertinência de, aprendendo com as lições passadas, ambos os países poderem identificar quem seria a instituição parceira nacional e qual a contribuição ou aporte que o país ou instituição poderiam apresentar a título de contrapartida.

Ficou assim de ser analisada a forma como esses recursos poderiam ser utilizados na expansão do projeto para a Guiné-Bissau e Angola, sendo necessário identificar formas e modalidades de alargamento do projeto a esses dois Estados Membros.

Avançando para o projeto Rede de Instituições Públicas de Educação Superior (RIPES) para a CPLP, o DC informou que haviam sido mantidas várias sessões de trabalho entre o SECPLP e a Coordenação do projeto RIPES no sentido de consolidar uma abordagem realista ao projeto e de definir os principais Eixos de ação e respetivas atividades, para o período de 2016-2017. Acrescentou que se aguardava a apresentação formal da programação, nomeadamente em termos de cronograma de atividades, estabelecimento de objetivos, metas e resultados e a consequente programação de utilização dos recursos disponibilizados.

Seguiu-se uma apresentação do Professor Dr. Edson Borges, Pró-reitor da UNILAB e Coordenador do projeto, que fez uma apresentação da UNILAB e do projeto RIPES (anexo VI). Começou por indicar que estava prevista uma reunião para dia 31 outubro, na Reitoria da UNILAB, onde seria discutido o documento de revisão e plano de trabalho 2016-2017 do RIPES. Afirmou que existiam várias ações em andamento, pese embora o projeto Portal Digital RIPES estivesse atrasado, tendo havido necessidade de redefinir alguns dos seus aspetos.

Passando para o projeto Base de Dados Jurídica da CPLP - Fase IV - Prolongamento, O DC explicou que ainda constava do portfólio de atividades do PIC, pois estava em análise o seu prolongamento, havendo a perspetiva de uma contribuição adicional para o efeito. Destacou o reforço das equipas nacionais e a otimização do papel das imprensas nacionais. Aditou que a questão da sustentabilidade estava em cima da mesa e que parecia relativamente assegurada, em função dessa possibilidade de financiamento por parte da cooperação portuguesa, através do recurso a fundos europeus. Realçou que a fase seguinte previa o efetivo alargamento a Timor-Leste e previa, também, que se estudasse a expansão do projeto à Guiné-Equatorial. Com este apoio, esperava-se que fosse possível apoiar uma publicação mais ampla de algumas legislações, observou. Por outro lado notou a importância de consolidar as Unidades Técnicas nos Estados Membros.

O projeto Fortalecimento da capacidade política e institucional de agentes governamentais e não-governamentais dos países da CPLP, para promoção e defesa dos direitos das pessoas com deficiência foi apresentado pelo Representante da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos Humanos da Pessoa com Deficiência, que começou por traçar um histórico do movimento da pessoa com deficiência no Brasil, com destaque para criação da Secretaria Especial, que detém *status* administrativo de vice ministério no Brasil.

Seguidamente fez uma apresentação (anexo VII) onde explicou os contornos do projeto que nascera em 2008, com os objetivos de fortalecer a capacidade política e institucional de representantes governamentais e não-governamentais dos países da CPLP e de promover e qualificar o diálogo sobre direitos das pessoas com deficiência, compartilhando melhores práticas e realizando intercâmbio de experiências no âmbito dos direitos humanos, numa lógica de aprendizagem mútua entre os países da CPLP.

Justificou o facto de não ter dados sobre a Guiné-Equatorial, não sendo um Estado beneficiário do projeto, aprovado previamente à adesão daquele Estado à CPLP, formulando votos de poder colaborar no futuro com as autoridades equato-guineenses.

Relatou, em detalhe, o modelo adotado para implementação do projeto, através da realização de uma missão prospeção, para permitir mapear os organismos que participarão em ações de formação e as características locais inerentes à temática e às políticas afetas às pessoas com deficiência. Nestas foi levada a experiência brasileira, procurando fazer um paralelo com país, o que é diferente e o que é igual, promovendo uma troca de experiências. No final é entregue um documento com propostas ao Governo e à Sociedade Civil do que seria possível desenvolver para alavancar os direitos das pessoas com deficiência.

O resultado é então um documento de proposição, para que possam ser tomadas decisões políticas que melhorem as condições das pessoas com deficiência. Considerou que as três experiências (Moçambique, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde) foram positivas, fruto de um trabalho bem desenvolvido. Destacou que uma das valências do projeto era precisamente colocar as partes em maior diálogo a nível nacional, facilitando o entendimento. Revelou o seu desejo que os próximos três Estados beneficiários, Angola, Guiné-Bissau e Timor-Leste tivessem igual êxito. Afirmou ainda que a possibilidade de conhecer instituições que trabalham com pessoas com deficiência ao nível da CPLP se revelara uma experiência enriquecedora. Informou também que já surgiram outras ideias para cooperar, na área da educação em Direitos Humanos, esperando poder propor novos projetos.

Por fim relatou a avaliação levada a cabo em Nova Iorque - por ocasião Conferência das Partes da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência - tendo juntado os representantes CPLP para discutir a avaliação da experiência. Nesse encontro houve um retorno positivo, tendo o projeto sido bem avaliado, notou. Congratulou todos os Estados Membros sobre o seu compromisso com as questões da pessoa com deficiência.

A PFC GE indicou que existiam duas organizações no seu país que trabalhavam estas matérias, notando que aí existem várias pessoas com deficiência. Manifestou a vontade de poder contar com uma visita à Guiné-Equatorial. Acrescentou que não dispunha de dados de quantas pessoas com deficiência existem.

O Representante da Secretaria Nacional explicou que não saberiam se seria possível fazê-lo no âmbito do projeto em curso, mas veiculou disponibilidade para estudar possibilidades para ver quando seria possível fazê-lo, pois seria um prazer estender as atividades para a Guiné-Equatorial.

A PFC MOÇ felicitou a iniciativa do projeto, fazendo uma observação em relação ao que terá motivado dinâmica separação entre Governo e Sociedade Civil, designadamente por se considerar que não haveria suficiente diálogo. Discordando deste aspeto, manifestou a sua opinião de que o diálogo é um aspeto privilegiado no desenvolvimento de políticas de base social em Moçambique e que, no caso específico das pessoas com a deficiência, essas políticas foram sempre desenvolvidas envolvendo beneficiários, quer individualmente quer através das associações existentes.

O Representante da Secretaria Nacional esclareceu que Moçambique havia sido o piloto, o primeiro Estado onde o projeto foi implementado. Após a implementação em Moçambique houve uma perceção que seria positivo promover esse diálogo direto juntando as partes para haver uma maior troca entre elas.

A PFC BR informou que havia um desejo de realizar uma reunião com responsáveis de todos os Estados Membros nesta área no final de implementação do projeto, caso as condições financeiras se apresentassem.

O DC passou em seguida para o projeto Apoio à Gestão e Monitoramento de Recursos Hídricos nos Países da CPLP Recursos Hídricos, notando que em função de obstáculos burocráticos, tal como previamente reportado pelos representantes do Brasil, ainda não fora possível dar início ao projeto, esperando-se que pudessem resolvidos ainda em 2016 para arrancar com as atividades.

O projeto seguinte, Direitos das Crianças em Rede - 3ª fase do Projeto "Meninos de rua: Inclusão e Inserção", encontrava-se encerrado, relatou o DC, acrescentando que o relatório final estava em conclusão, faltando ainda realizar um último pagamento para fechar a componente financeira desse relatório.

Tal como havia sido já comunicado, recordou que o projeto Portal Conexão Lusófona, iria avançar para a Fase II após ter sido confirmada a contribuição de Portugal e o apoio logístico de Cabo Verde.

Relativamente à "Plataforma SKAN CPLP - mecanismo de partilha de conhecimento e tecnologia entre os Estados membros da CPLP para o desenvolvimento do sector

agroalimentar” informou que o relatório das atividades tinha sido circulado para consulta. (anexo VIII). Considerou que se tratava de um trabalho de bastante valia desenvolvido junto dos institutos de investigação agrária, cuja filosofia e potencial de intervenção leva a considerar a pertinência da sua junção aos mecanismos presentes no CONSAN-CPLP. Aditou que seria positiva a sua eventual continuidade, tendo em mente a apresentação de proposta nesse sentido no ponto seguinte da agenda.

Avançando para o projeto Programa de Capacitação dos Sistemas Estatísticos Nacionais PALOP e TL - Fases 3, explicou que se tratava de um projeto antigo no contexto dos Estados da CPLP e que os Institutos Nacionais de Estatísticas da CPLP já se conheciam entre si, permitindo a disseminação de boas práticas que vinham levando à melhoria de dados e indicadores. Elaborou sobre o potencial do projeto na eventual ligação da metodologia estatística com outras atividades em curso, tendo dado o exemplo da definição de indicadores comuns para a CPLP no quadro dos ODS. Concluiu, afirmando que o projeto tinha um impacto fantástico, que era muito bem avaliado e que permitia aos Estados Membros dialogarem com parceiros de desenvolvimento de forma mais estruturada.

Seguindo para o projeto Intervenções de Alto Impacto: Saúde Comunitária em Quinara 2014-2016, indicou que a atividade não fora executada, mas que, entretanto, tinha informações que indicavam que a mesma já tinha sido concluída com outros recursos. Dessa forma, e sabendo que na próxima reunião teriam decorridos dois anos sem execução, a RPFC deveria tomar uma decisão sobre a aplicação dos recursos disponíveis.

No que concerne ao projeto Portal do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia da CPLP, relatou que os dados relativamente ao número de pessoas que acedem ao portal permite aferir o impacto muito positivo do mesmo. Informou que estava em curso um incremento da ligação setorial do Portal a outras plataformas da CPLP no sentido de gerar sinergias e maior complementaridade.

Prosseguiu no quadro de execução, relatando sobre a Semana da Juventude da CPLP, que se tratou de uma atividade que decorreria na Guiné-Bissau em Junho de 2015, mas que o relatório apenas circulara em Janeiro, daí ainda se manter no PIC.

O próximo projeto Programa de Capacitação dos Laboratórios de Engenharia dos PALOP - Fase VII, referia-se a um projeto já conhecido e que vai na sua VIII Fase, observou. Realçou o impacto muito significativo das atividades e a sua capacidade de promover a boa governação, através de um melhor controlo no processo de edificação de obras públicas, com metodologia avançada e de maior qualidade. Através deste projeto, fora já possível criar capacidades nos Laboratórios Nacionais, sendo que alguns destes já dispõem de quadros com formação para replicarem noutros contextos. A atual fase teve também um importante avanço com a inclusão de Timor-Leste no processo de capacitação, que poderia conduzir ao apoio à criação de um laboratório de engenharia naquele país, que ainda não dispunha dessa estrutura.

Os dois projetos seguintes, o Repositório Científico da CPLP / Portal de Acesso Aberto da CPLP; e o Relançamento do INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa da Guiné-Bissau e Projeto de Formação do Pessoal e Reapetrechamento dos Serviços da Biblioteca Pública e do Arquivo Histórico Nacional, informou que estavam por arrancar.

À semelhança dos dois anteriores, também o projeto TCTC: Terminologias Científicas e Técnicas Comuns da Língua Portuguesa não tinha arrancado, tendo porém o IILP revisto o desenho do projeto, inicialmente com um orçamento de quase 130.000,00, para dividir o projeto em fases, tendo a Fase I um impacto financeiro de 35.000,00 euros.

Terminados os projetos, avançou-se para as Ações Pontuais, sendo a primeira o Reforço da Capacidade de Comunicação Audiovisual da CPLP, onde o DC relatou que os recursos executados se encontravam executados com a aquisição dos últimos equipamentos necessários para aumentar a comunicação e divulgação audiovisual das atividades da CPLP.

Seguidamente abordou a atividade Assistência Técnica ao Centro de Informação em Proteção Social - CIPS - Fase IV, notando que se tratava de um projeto considerado prioritário cuja pertinência fora reconhecida na consulta acerca da sua continuidade. A atividade, portanto irá prosseguir tendo sido garantidos recursos para tal por Portugal. A questão da sustentabilidade persiste como um desafio, esperando-se que nesta fase possam ser analisadas formas de a assegurar.

Informou que a ação 2016 - Ano CPLP contra o Trabalho Infantil se desenrolou ao longo do ano com uma campanha e um conjunto de iniciativas contra o Trabalho Infantil na CPLP, tendo os esforços desenvolvidos resultado na aprovação de uma dinâmica que levará a CPLP a produzir uma Declaração Conjunta a ser apresentada na IV Conferência Global sobre Trabalho Infantil, a ter lugar na Argentina em 2017, que deverá indicar uma posição concertada da Comunidade sobre o tema. Destacou ainda a preparação e disseminação de material alusivo ao Dia Mundial contra o Trabalho Infantil e ao Ano CPLP contra o Trabalho Infantil, para os pontos focais e parceiros da Sociedade Civil, pese embora algumas dificuldades logísticas tenham dificultado, em alguns contextos, a sua distribuição em tempo oportuno junto dos Estados Membros.

Seguiu-se a Ação de Formação sobre o Combate ao Tráfico de Seres Humanos para Profissionais do Sistema de Justiça Penal em Angola, onde recordou a informação já prestada de que a entidade executora comunicara que estavam reunidas as condições para que esta atividade pudesse arrancar no primeiro trimestre de 2017. Acrescentou que existiam recursos disponíveis para o efeito.

Seguidamente o DC passou para a listagem de projetos prioritários aprovada na XXXII RPFPC para uma primeira ronda de deliberações dos PFC, tendo em conta os recursos livres existentes, conforme previamente relatado pelo DAF. Recordou as duas atividades aprovadas pela RPFPC e que se encontravam priorizadas nessa listagem: i) Repositório Científico da CPLP / Portal de Acesso Aberto da CPLP e o ii) Relançamento do INEP. Aditou que existia ainda uma atividade, a II Semana da Juventude da CPLP, que era

trazida à presente RPFC mas que não teria envelope financeiro assegurado, pelo que caberia aos Estados Membros pronunciarem-se sobre a mesma.

O PFC GB anunciou que para as atividades das quais a Guiné-Bissau seria beneficiária, haveria a possibilidade de recorrer aos fundos existentes no Fundo Especial da CPLP (FECPLP) destinados à Guiné-Bissau, acordados na mesa redonda em Bruxelas, tendo já havido um contacto com as autoridades do seu país para esse efeito e havendo uma autorização do Ministro. Assim, sugeriu que relativamente ao Relançamento do INEP se pudessem utilizar parte desses recursos para completar o que estivesse em falta.

A PFC BR notou que já haviam sido desembolsados recursos na ordem dos 5.000,00 e que nesse sentido o projeto já se iniciara. Informou também de demandas bilaterais do INEP Guiné-Bissau para formação e capacitação de bibliotecários. Acrescentou que no desenho original do projeto existia uma previsão de parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ/MCTIC). No entanto, consultado, o CNPQ transmitiu o entendimento de ser a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES/MEC), a instituição pública brasileira mais afeta à questão em tela. Disse, ainda, que a CAPES não fora consultada, mas que tal poderia ser feito caso houve demanda nesse sentido. Solicitou uma atualização do documento de projeto, onde se previssem novas demandas.

O DC propôs que do orçamento previsto, de cerca de 59.000,00€, a RPFC pudesse deliberar a aprovação de 35.000,00 ao projeto, oriundos dos recursos livres. O restante montante seria retirado dos recursos constantes no Fundo da Guiné-Bissau existente no FECPLP.

A representante de Cabo Verde apresentou proposta de aprovar um projeto da Campanha JcF, conforme fora deliberado na última reunião.

A PFC BR disse não se recordar que tivesse existido uma deliberação da RPFC de apoiar em cada RPFC um projeto campanha.

A representante de Cabo Verde recordou a decisão da XXXII, na qual se lia *“Foi decidido que pudesse ser trazida uma iniciativa/projeto da Campanha para aprovação da RPFC, com caráter de regularidade e programado”*.

Neste âmbito, o DC esclareceu que não se trazia a deliberação da RPFC qualquer nova proposta de iniciativa-projeto da Campanha, dado que se encontravam em processo de organização algumas atividades associadas à Campanha que poderiam captar recursos em apoio do 4º projeto, a realizar em Moçambique, na Província de Inhambane (Projeto de Desenvolvimento de boas práticas agroecologias e educação nutricional em Zandamela). Esclareceu que esta opção fora deliberada e influenciada pelo processo de avaliação em curso das diferentes atividades da Campanha.

Tendo-se esclarecido esse ponto, a PFC de MOÇ indicou que poderiam ser estudadas alternativas para financiamento do projeto, por meio de parcerias com a FAO e outras organizações internacionais que desenvolvem ações de segurança alimentar e nutricional em Moçambique.

O PFC ANG deteve-se no projeto de capoeira, afirmando ser importante que fossem honrados compromissos de reuniões anteriores. Nesse sentido sugeriu alargar a lista prioridades, pedindo que tal viesse vertido na próxima reunião.

O PFC GB subscreveu a sugestão de Angola, bem como a PFC STP e o representante de Timor-Leste.

O DC recordando o debate anterior, sugeriu que Angola pudesse renovar o pedido relativamente ao projeto de Capoeira através de Nota Verbal e que iniciasse concertações imediatas tendo em vista a identificação das parcerias nacionais necessárias para o alargamento do projeto ao país.

O PFC ANG explicou que pretendia uma deliberação da RPFC para poder trabalhar internamente no cofinanciamento. No entanto concordou com o procedimento sugerido pelo DC.

A PFC BR observou que o projeto da capoeira dispunha de um saldo de 178.000,00 e que havia então demandas da Guiné-Bissau e de Angola. Sugeriu que se fosse deliberar em concertação com os 3 Estados, verificando contrapartidas e garantias de sustentabilidade da ação. Notou, porém que face ao saldo teria de se tomar uma opção para viabilizar a iniciativa, devendo haver um exercício prévio para tal.

A DG interveio para informar que o PAV, projeto que representou recursos na ordem dos 3.300.000,00€ estaria em condições de ter uma II Fase, desta feita ascendendo aos 3.600.000,00€. Esta fase seria igualmente financiada por Portugal e Brasil. Observou que para esta fase um dos financiadores indicara com condição que houvesse uma contribuição dos demais Estados Membros, ainda que esta fosse num valor simbólico.

A PFC BR notou que a primeira fase beneficiaria de uma isenção dos limites de consignação, tendo assim havido uma contribuição efetiva dos PFC nessa primeira fase. Acrescentou que a lógica seria que as autoridades nacionais assumissem contrapartidas ao programa e que se tal fosse feito pela RPFC no lugar dos Estados, o simbolismo perdia-se, e não se estaria a atender a esse pedido de um maior engajamento dos Estados Membros.

A PFC PT subscreveu o que foi dito pelo BR, notando de facto a existência de uma preocupação face à apropriação do Programa e que assim, a sugestão apresentada seria desvirtuar a intenção do compromisso do país.

A DG considerou que então face a tal cenário dificilmente haveria uma II Fase do Programa.

O PFC ANG afirmou que deveriam ser estudadas eventuais contrapartidas não financeiras.

A PFC BR afirmou ser importante engajar os Estados Membros para que estes pudessem dar todo o apoio possível por forma a viabilizar o Programa.

A deliberação dos PFC sobre a afetação de recursos livres encontra-se sintetizada no quadro seguinte.

**QUADRO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS LIVRES GERADOS EM 2015
(Brasília, 27/10/16)**

DESCRIÇÃO	VALOR REPORTADO		VALOR CAPITALIZADO	TAXA ADM. (6%)	VALOR LÍQUIDO A DESEMBOLSAR
Fonte de Recursos:					
Recursos Livres 2015	141.185,71				
Juros Acumulados 2015	183.280,97				
	324.466,68		324.466,68		
Aplicação nos Projetos Prioritários:					
1. Projeto Campanha JCF	35.000,00		37.100,00	2.100,00	35.000,00
2. Formação Combate Tráfico Seres Humanos em Angola	16.388,40		17.371,70	983,30	16.388,40
3. Portal Ensino Superior, Ciência e Tecnologia	12.000,00		12.720,00	720,00	12.000,00
4. 2016 - Ano CPLP Contra o Trabalho Infantil	15.000,00		15.900,00	900,00	15.000,00
5. Repositório Científico da CPLP	31.000,00		32.860,00	1.860,00	31.000,00
6. INEP Guine Bissau	35.000,00		37.100,00	2.100,00	35.000,00
6. Semana da Juventude	13.500,00		14.310,00	810,00	13.500,00
7. Terminologias TCT (1ª fase)	34.859,20		36.950,75	2.091,55	34.859,20
	192.747,60		204.312,46	11.564,86	192.747,60
Saldo de Recursos Disponíveis	131.719,08		120.154,22		

DELIBERAÇÃO N° 2

- Relativamente à IIª Fase do Programa CPLP nas Escolas, dá-se por encerrado o projeto, devendo os recursos remanescentes reverter para a linha orçamental “projetos a identificar conjuntamente entre o Secretariado Executivo e a RPFC”;
- No que concerne ao Projeto de Capoeira, Angola e Guiné-Bissau reiteraram o seu interesse em que o projeto fosse desenvolvido nos respetivos países, tendo ficado com o compromisso de remeter pedido formal para o efeito e de iniciar concertações tendo em vista a identificação de recursos de contrapartida e instituições parceiras nacionais para acolhimento da atividade e implementação do projeto;
- O Projeto “Intervenções de Alto Impacto: Saúde Comunitária em Quinara 2014-2016” será retirado e deverá ser adotada uma deliberação sobre a aplicação dos recursos não executados;
- O Secretariado Executivo da CPLP, em parceria com a RPFC, identificou Euros 35.000,00, de recursos livres existentes no Fundo Especial, que seriam afetos à Atividade INEP. Os recursos remanescentes a aplicar na atividade serão libertos do fundo para a Guiné Bissau existente no Fundo Especial da CPLP;
- O Secretariado Executivo da CPLP, em parceria com a RPFC, identificou Euros 34.859,20 que seriam afetos à Atividade TCTC, através do Fundo Especial da CPLP.

6. Apresentação de Propostas de Atividades

6.1 Programa de Capacitação de Laboratórios de Engenharia da CPLP 2016/2017

O DC explicou que, conforme relatado no quadro de execução de projetos, se tratava de uma atividade de sucesso que já ia na sua VIII fase. Acrescentou que a questão da sustentabilidade das ações havia sido levantada junto da entidade executora. Explicou que se tratava de um contexto habitual, com investimentos importantes, e prosseguindo a consolidação da regulação técnica que permanecia como um dos objetivos do trabalho dos Laboratórios. Sublinhou que o avanço desta nova fase era a consolidação da extensão a Timor-Leste, augurando que no médio prazo Timor pudesse criar seu Laboratório de Engenharia. Notou que aqui, tal como na área da saúde, com as redes estruturantes, os Estados Membros com maior capacidade poderiam ajudar os Estados Membros com menores recursos no avanço dos procedimentos nestas matérias. Realçou a significativa capacidade de absorção que vinha sendo demonstrada, notando-se uma qualidade crescente. Informou que, do ponto vista político, quase todos os Estados estavam a reformular legislações na área construção civil, sendo os contributos dos Laboratórios de Engenharia muito importantes. Para a atividade o FECPLP era chamado a participar em 176.461,00€, face a um orçamento global de 432.000,00€, dos quais entidade executora colocava 246.000,00€. Acrescentou que a estes valores não eram contabilizados o que os

laboratórios nacionais colocavam por ser difícil estimarem termos de horas/recursos humanos.

Os PFC de ANG, GB, STP, CV, MOÇ e TL deram o seu aval à continuação do Projeto.

A PFC PT informou que iria apoiar o projeto com €150.000,00. Deixou ainda a solicitação de que houvesse um maior envolvimento e apropriação dos parceiros.

A PFC GE observou que o seu país não se encontrava contemplado, demandando o porquê.

A PFC BR esclareceu que se tratava de um projeto já na sua VIII Fase, e que não seria fácil que se pudesse incluir um novo Estado no imediato, pois as atividades eram comuns e já vinham de trás.

Em resposta à PFC GE, o DC exemplificou com Timor-Leste que, quando o projeto se iniciou não dispunha de um Laboratório e que foram sendo preparadas condições para que, ao final de alguns anos, o projeto pudesse incluir Timor-Leste. Acrescentou que no planeamento em curso estava previsto um percurso idêntico para que a Guiné-Equatorial viesse a beneficiar da atividade. Notou por fim que nem todos os Estados eram beneficiários, porquanto também o Brasil não estava contemplado. Propôs aos PFC a categoria de decisão 1, informando que com os recursos de Portugal e o saldo remanescente da fase anterior, era possível corresponder ao que era solicitado ao FE.

DELIBERAÇÃO Nº 3

- Aprovação do Projeto com a categoria de Decisão 1;
- Serão disponibilizados por Portugal recursos, no valor de Euros 150.000,00 a que se somarão os recursos remanescentes da fase anterior.

6.2 Ação pontual “PLATAFORMA SKAN CPLP - mecanismo de partilha de conhecimento e tecnologia entre os Estados membros da CPLP para o desenvolvimento do sector agroalimentar” (2ª Fase)

O DC afirmou que se tratava de uma II fase de um projeto conhecido, desenvolvido de forma próxima com os Institutos de Formação Agrária, através de uma Rede de partilha de conhecimento e tecnologia suportada por consórcios de inovação no setor agroalimentar. Seriam esses consórcios que iriam trabalhar no desenvolvimento e capacitação de redes nacionais contribuindo para o desenvolvimento do setor agroalimentar. Antecipou que após esta fase seguir-se-ia uma última Fase, destinada a mapear informação obtida com base nas necessidades identificadas, e avançar para uma plataforma eletrónica de partilha de boas práticas. Disse que do montante total da atividade, 151.000,00€, o proponente iria disponibilizar 28.596,19€, sendo solicitado ao FE 122.460,33€.

A PFC PT informou que apoiava este projeto com um total de 110.000,00.

Todos os restantes PFC se manifestaram a favor do projeto.

A PFC BR questionou sobre a inserção da Guiné-Equatorial numa fase subsequente do projeto. Referiu ainda que deveria ser feito um esforço de incluir a Guiné-Equatorial nos projetos, para que pudesse participar cada vez mais nas ações de cooperação comunitária.

O DC explicou que naquele caso se dava o problema da inexistência de um Instituto de Formação Agrária na Guiné-Equatorial. Sem prejuízo dessa limitação, indicou que estava pensada a possibilidade de aproximação. Informou que, com a apresentação do projeto, haviam sido remetidas cartas a endossar a iniciativa, designadamente da Universidade José Eduardo dos Santos e da Universidade de Cabo Verde. Explicou que também aqui se aplicaria a mesma lógica do projeto anterior, na medida em que o recurso disponibilizado por Portugal não contemplaria o montante total, mas que contabilizando os recursos remanescentes, seria possível completar orçamento solicitado. Propôs aos PFC a categoria de decisão 1.

DELIBERAÇÃO Nº 4

- Aprovação do Projeto com a categoria de Decisão 1;
- Serão disponibilizados por Portugal recursos, no valor de Euros 110.000,00 a que se somarão os recursos remanescentes da fase anterior.

6.3 II Semana da Juventude da CPLP (São Tomé e Príncipe)

A PFC BR indicou que se tratava de uma atividade com o mesmo modelo da edição anterior, realizada em 2015, na Guiné-Bissau. Considerou que a RPFC já se pronunciara sobre o mérito da iniciativa.

O DC manifestou a disponibilidade do Secretariado Executivo em trabalhar com entidade executora para que a atividade fosse implementada brevemente.

Todos os PFC apoiaram a iniciativa e o DC propôs aos PFC a categoria de decisão 1.

O DC questionou sobre os recursos livres que ainda permaneciam disponíveis após a aprovação dos projetos e tendo presente a listagem de projetos prioritários já discutida, questionou se era a intenção dos PFC deixar um fundo de reserva de recursos livres para deliberação em sede de RPFC subsequentes.

Todos os PFC concordaram que os restantes recursos deveriam permanecer em reserva.

DELIBERAÇÃO Nº 5

- Aprovação do Projeto com a categoria de Decisão 1;
- O Secretariado Executivo da CPLP, em parceria com a RPFC, identificou Euros 13.500,00 de recursos livres existentes no Fundo Especial, que seriam afetos à Atividade.

7. Pontos de Informação:

7.1 2016 – Ano Internacional da CPLP contra o Trabalho Infantil

O DC relatou que no âmbito desta iniciativa haviam sido projetadas um conjunto de atividades em parceria com a OIT, constantes de um Plano de Ação, praticamente todas já concretizadas, à exceção das da repetição da ação enquadrada nas marchas de Lisboa e do documentário. Indicou que ainda persistiam alguns desafios nomeadamente ao nível da apropriação das atividades e da inclusão na agenda da reunião de ministros género e saúde, esta última por não se ter realizado.

Em sentido positivo, notou que fora possível que este ponto constasse das agendas do Conselho de Ministros, da Assembleia Parlamentar, da RPFC, da Reunião de Ministros da Educação, da Reunião de Ministros de Juventude e Desportos, bem como nos jogos desportivos da CPLP. Explicou que ainda existiam alguns desafios, como junto dos PF para o combate ao trabalho infantil no sentido de que estes pudessem trabalhar no reforço dos planos nacionais.

Observou que apenas Timor-Leste não aplica ainda Convenção 182 da OIT, sobre a eliminação das piores formas de trabalho infantil, mas que já se encontrava aprovada e em processo de ratificação, o que significaria que a CPLP passaria a ter todos os seus membros como signatários desse instrumento, algo impar no seio das organizações internacionais.

Referiu avanços de sucesso junto da sociedade civil, com organizações dos Estados Membros a assumirem-se como parceiros ativos para a disseminação da iniciativa, tal como Fundação Novo Futuro, em São Tomé e Príncipe e a ACRIDES, em Cabo Verde.

Conclui o ponto sublinhando a relevância da Reunião de Ministros do Trabalho e Assuntos Sociais da CPLP, na sua reunião informal em Genebra, ter concedido à CPLP a prerrogativa de poder fala em nome da Comunidade na IV Conferência Global, em 2017 na Argentina.

7.2 Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (II Fórum de Agricultura Familiar)

O DC informou que o Secretariado Executivo estivera presente na 43ª Sessão do Comité Mundial de Segurança Alimentar em Roma, onde se revelara possível articular com as estruturas dos Estados Membros junto à FAO.

Relatou que os diplomatas das missões dos Estados membros em Roma se lamentavam que não lhes chegava informação suficiente sobre as iniciativas da CPLP.

Informou que a CPLP interveio na plenária e num painel sobre propriedade da terra. Essas intervenções apenas foram possíveis porque os Embaixadores em Roma pressionaram e conseguiu-se que a CPLP falasse a uma só voz, sublinhou.

Explicou que, tendo presentes os resultados no primeiro eixo, a CPLP se podia regozijar do que havia conseguido. Realçou a este propósito o CONSAN-CPLP extraordinário, realizado em Díli, onde fora possível reunir atores de diferentes áreas, desde a academia, setor empresarial, autoridades governamentais, parlamentares e sociedade civil, criando uma plataforma diálogo muito rica tendo em vista o estabelecimento de diretrizes para a agricultura familiar e nutricional. Observou que um contexto muito particular impedira de replicar na presente Cimeira de Brasília o CONSAN-CPLP, estando o mesmo agora a ser projetado para Maio.

Registrou ainda com apreço a criação de CONSAN's nacionais em Estados onde não existiam, designadamente em Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e na Guiné-Bissau. Afirmou que o exercício de criar as diretrizes para a agricultura familiar se encontrava praticamente concluído, esperando distribuir a proposta muito em breve.

Por fim indicou que, no final de setembro, havia decorrido na Sede da CPLP o II Fórum de Agricultura Familiar e da segurança Alimentar (FARSAN).

7.3 Campanha da CPLP “Juntos contra a Fome”

Tal como já anteriormente aludira, o DC informou que se iniciara, após a RPFC de fevereiro do corrente ano, um processo que visava avaliar o trabalho da Campanha, tendo-se iniciado um grupo de trabalho com representantes dos Estados Membros da Lisboa, tendo em vista analisar as modalidades Campanha.

Apresentou um *powerpoint* com informação diversa (anexo IX) notando que inicialmente a Campanha havia sido pensada como um evento único, de grande mediatismo, através de uma gala com a participação de Padrinhos e Madrinhas, transmitida internacionalmente, permitindo aos cidadãos fazer contribuições através de chamadas telefónicas. Notou porém um grande desfasamento entre a metodologia prevista e como depois teve de

operar. Recordou que tal não fora possível, em função da dificuldade de atrair as televisões dos Estados Membros para a iniciativa.

Observou que a Campanha conseguira, até ao momento, o financiamento de 3 projetos, para além de ter contribuído para a sensibilização da sociedade civil, reforço da visibilidade da CPLP e de uma maior proximidade com os cidadãos beneficiários.

Concluiu, recordando que o Brasil fizera uma recomendação para que a Campanha pudesse ser avaliada pelo CONSAN-CPLP e que se fizesse uma análise SWAT/TOFA. Assim, considerou ainda que seria oportuno que a RPFC pudesse olhar para avaliação em curso e dar o seu contributo, esperando que fosse possível introduzir o tema na próxima RPFC.

DELIBERAÇÃO Nº 6

Do portfólio das iniciativas aprovadas no âmbito da Campanha Juntos contra a Fome e em consonância com as deliberações da XXXII RPFC, de fevereiro de 2016, será levada a deliberação da XXXIV RPFC, de fevereiro de 2017, uma nova iniciativa para aprovação. Esse exercício será mantido com caráter de regularidade e programado nas RPFC seguintes.

7.4 I Reunião Técnica de Energia da CPLP

O DC informou que esta Reunião, realizada em outubro de 2016, fora acolhida em Malabo mas presidida por Timor-Leste. Destacou como conclusões principais do encontro o debate sobre temas como: a partilha de experiências técnicas e de conhecimento sobre o setor da energia; o estudo conjunto sobre o potencial energético dos países da CPLP; a estabilização das linhas de desenvolvimento do Plano Estratégico de Cooperação em Energia da CPLP; a identificação de mecanismos de coordenação para a criação da Rede de Energia da CPLP; a identificação de oportunidades para a implementação da iniciativa “Energia Sustentável para Todos” no âmbito CPLP. Informou, também, que no âmbito desta iniciativa, da ONU, a CPLP havia sido desafiada a participar na Reunião Técnica, a realizar em Nova Iorque, em Abril 2017, podendo ser Timor-Leste ou o Brasil, ou até o Secretariado Executivo a fazê-lo.

7.5 IV Conferência da Governação Eletrónica da CPLP

O DC informou que a Guiné-Equatorial iria acolher a VI reunião técnica e a IV Conferência da Governação Eletrónica da CPLP de 13 a 15 de dezembro próximo, esperando-se que, no âmbito da Conferência, se pudesse contar com representantes da ONU e da OCDE, estruturas com quem se iniciara um diálogo auspicioso.

7.6 IX Reunião Ministerial das Telecomunicações

O DC indicou que esta Reunião decorreria em Maputo no passado mês de Agosto, onde fora aprovada uma agenda digital para CPLP. Explicou que se tratava de uma iniciativa que iria ancorar o trabalho e sistematizar a aproximação a vários atores internacionais, interessados em trabalhar com CPLP, com efeitos multiplicadores para outras áreas.

7.7 IX Conferencia de Ministros da Juventude e Desporto da CPLP

O DC informou que esta reunião tivera lugar em julho de 2016, na Ilha do Sal onde se assinalara a transição da Presidência de Moçambique para Portugal, notando que esta Ministerial ainda não se encontrava alinhada com o quadro orientador da CPLP. Revelou, a este propósito o desejo dos Ministros se alinharem com a CPLP, tendo a Presidência Portuguesa assumido o compromisso de o fazer no seu mandato. Relatou que tinha sido possível verificar nesta reunião o potencial da adesão que a área da juventude e desporto contém, e que é nesse domínio onde é mais forte a possibilidade das ideias e valores da CPLP poderem ser passadas às gerações mais jovens. Notou ainda o funcionamento particular da Conferência, acompanhada em anos interpolados da realização dos jogos desportivos ou da bienal de jovens criadores da CPLP, com um planeamento a 10 anos que facilita a agenda e programação das reuniões. Destacou, por último a apropriação por esta Ministerial da Campanha juntos contra a Fome, nomeadamente das iniciativas “Corrida juntos contra a Fome” e “ Artistas Unidos contra a Fome” .

7.8 Primeiro *workshop* do Segmento Lusófono da Parceria para MRV (“MRV Partnership”)

Este ponto foi apresentado pelo Primeiro Secretário Felipe Rodrigues Gomes Ferreira, Chefe da Divisão de Clima, Ozônio e Segurança Química do Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

Contextualizou a mesma, no âmbito do Acordo de Paris e da Convenção Quadro que iria entrar em vigor em Novembro e ao qual todos os Estado Membros haviam aderido, assumindo assim obrigações adicionais de transparência e prestação de contas.

Notou que um tema recorrente, nomeadamente nos PALOP, era a falta de material em língua Portuguesa, essencial para o cumprimento de obrigações. Isto porque o português não é língua oficial. Neste sentido acrescentou que o Brasil, como contribuição ao Acordo e numa intenção de fortalecer a cooperação sul-sul, havia sido abordado por colegas da parceria MRV, com o propósito de estabelecer um núcleo lusófono nesta parceria MRV. A ideia era criar um ponto de contacto entre os diferentes países para cooperar no esforço de cumprimento das obrigações.

Notou que, sobre a parceria existia um seguimento específico para países francófonos e que o intuito seria de criar um mecanismo de seguimento idêntico virado para países lusófonos. Sublinhou que estava a ser tido em consideração o facto de que a maior parte dos Estados são países em desenvolvimento e, como tal, com maior flexibilidade no cumprimento das obrigações MRV.

Informou que a ideia seria lançar esta iniciativa com um seminário, no primeiro semestre 2017, de dois ou três dias, ter lugar em Lisboa, com a participação dos PF da Convenção e dos responsáveis nacionais para o tema gases de efeito estufa. Agradeceu a disponibilidade da CPLP em apoiar a iniciativa. Acrescentou que nos próximos dias remeteria aos PF do clima um convite para uma reunião informal a realizar no dia 15 novembro, em Marraquexe, no âmbito da COP22, onde o Brasil teria um espaço grande disponível. Assim, disse crer ser possível iniciar um diálogo e começar a definir a agenda do encontro em Lisboa, onde se esperava poder definir bases sólidas e termos para o núcleo lusófono da parceria MRV.

O DC recordou que Angola, por intermédio do seu Ministério do Ambiente, havia feito uma proposta de realizar uma reunião em Luanda para traduzir o Acordo de Paris, que no entanto teria ficado sem efeito, pois o Brasil entretanto disponibilizara uma versão traduzida a todos os Estados Membros da CPLP. Acrescentou que Portugal, por meio da Agência Portuguesa do Ambiente firmara uma Memorando de Entendimento com a CPLP, disponibilizando um valor de Euros 400.000 para articulação no que respeita a temática alterações climáticas.

A PFC GE informou que o seu país tem um departamento para o tema das alterações climáticas e questionou se o convite que estava a ser preparado seria para esse setor.

O Secretário Felipe Rodrigues esclareceu que cada país tinha um PF designado e responsável por repassar documentos relevantes aos restantes órgãos. Explicou que se pretendia assim centrar a informação no PF para mudança do clima. Entendeu que seria a pessoa que a Guiné-Equatorial declarara à Organização da Convenção do Clima que seria convidada. Em todo caso disse que iriam enviar os convites com cópia aos PFC.

7.9 I Congresso das Organizações Sociais dos Países de Língua Portuguesa

O Senhor Normando Vitorino, Gerente Executivo da Associação de Deficientes e Familiares (ASDEF), apresentou este ponto, explicando que a iniciativa pretendia ser um espaço democrático, plural e representativo, onde fosse dada a oportunidade a correntes e diversidades sociais.

Seguidamente fez uma apresentação que se anexa (anexo X).

7.10 VIII Fórum Mundial da Água

A PFC PT apresentou este ponto, informando que em 2018, o Brasil iria ser o anfitrião do maior evento internacional dedicado à temática da água, organizado a cada 3 anos pelo Conselho Mundial da Água. Referiu que se tratava de um evento que se iniciava dois anos antes, com vista a preparar, entre outros, o processo político, o processo regional e o processo temático. Atendendo a que em 2018, o Fórum teria lugar em Brasília, e que era a primeira vez que o evento iria decorrer num país de expressão portuguesa, Portugal considerava tratar-se de uma oportunidade única para a afirmação da lusofonia e dos setores da água dos países lusófonos. Com este intuito, informou que uma delegação do Ministério do Ambiente se deslocara a Brasília em junho passado, para participar na reunião de arranque do Fórum Mundial da Água. Atendendo aos bons contactos existentes não apenas com as entidades brasileiras que atuam no setor, mas também com o Conselho Mundial da Água e com muitas outras organizações internacionais que atuam neste setor, foi colocado à consideração do Senhor Ministro do Ambiente o desenvolvimento do projeto “Portugal rumo a Brasília” que identifica um conjunto de objectivos-chave tendo como um dos seus elementos prioritários a mobilização da CPLP para participar neste projeto. Nesse contexto, salientou-se ser esta uma excelente oportunidade para o reforço da cooperação entre os países da CPLP no domínio dos recursos hídricos, encontrando-se Portugal e Brasil a trabalhar conjuntamente no sentido de colocar em marcha o projeto “CPLP rumo a Brasília”.

Concluiu, solicitando o envolvimento dos Estados Membros para que participassem no evento.

A PFC BR informou que a Agência Nacional da Águas do Brasil já havia transmitido a informação ao PFC BR, tendo, inclusive, a ABC participado de reuniões conjuntas com a APA e a ANA para identificar meios e modalidades de se apoiar a participação da CPLP nos processos que envolvem o Fórum.

8. Proposta de Parágrafo para a Declaração dos Chefes de Estado e de Governo

O PFC de Angola cogitou se seria ou não desejável uma menção à discussão em curso sobre eventuais alterações ao funcionamento da RPFC.

A PFC BR indicou que não apoiaria, naquele momento, sugestões que implicassem alterações estatutárias, o que foi secundado pela PFC PT.

A PFC MOÇ considerou que se deveria focar na necessidade de revitalizar da atuação dos PFC e não da RPFC em si.

A representante de Cabo Verde concordou com a opinião de Moçambique e disse ser importante fortalecer os PFC no âmbito nacional. Sugeriu que deveria existir um regimento da reunião, onde constasse, por exemplo, as atribuições dos PF e o nível de representação dos Estados-Membros na RPFC.

Após o debate sobre o texto, os PFC aprovaram o seguinte parágrafo, que foi inserido na Declaração de Brasília:

Reafirmaram a necessidade de fortalecer a ação dos Pontos Focais de Cooperação, de acordo com suas atribuições, promovendo designadamente a sua capacitação e a sua crescente articulação com os pontos focais setoriais, de modo a consolidar uma perspetiva integrada da cooperação na CPLP, em alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, no quadro da Agenda 2030;

9. Seminário: Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e o impacto da Agenda 2030 no futuro da Cooperação na CPLP – Contribuições da CPLP.

9.1. Palestra do Chefe da Divisão de Desenvolvimento Sustentável do Itamaraty, Conselheiro Mário Mottin, sobre o atual estágio de implementação da Agenda 2030 tendo como base o debate realizado em setembro de 2016, bem como as perspetivas que envolvem a cooperação.

9.2. Apresentação do Programa de Presidência brasileira para a CPLP, cujo tema é "A CPLP e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável" e da proposta de estratégia brasileira para a elaboração conjunta de um plano de ação nessa área e de suas estratégias de implementação.

O Conselheiro Mário Mottin fez uma apresentação onde procurou traçar a experiência brasileira no debate que antecedeu a aprovação dos ODS e refletir a metodologia que o Brasil estava a desenvolver tendo em vista o cumprimento dos ODS, sendo essa apresentação disponibilizada em anexo (anexo XI). A apresentação foi complementada por uma Sénior do PNUD Brasil, que versou sobre a visão da organização sobre a implementação da Agenda 2030.

A PFC MOÇ agradeceu a exposição, a qual considerou elucidativa dos esforços brasileiros, e agradeceu que essa abordagem fosse trazida para dentro CPLP, nomeadamente quando se estava a iniciar o processo de implementação de medidas para cumprimentos dos ODS. Recordou que se havia tentado que CPLP se engajasse como um todo na discussão e preparação dos ODS, mas que tal não havia sido possível. Considerou de louvar esta iniciativa do Brasil de interagir com os demais Estados da CPLP. Aproveitou para partilha algum do trabalho que Moçambique desenvolvia com a ONU, destacando o envolvimento da sociedade civil e as vantagens desse envolvimento. Informou sobre o trabalho desenvolvido com o PNUD no mapeamento de instrumentos que podiam responder aos ODS, o que podia constituir uma contribuição útil para a CPLP. Realçou aqui o

envolvimento muito positivo dos institutos de estatística. Notou que a nível financeiro, seria um desafio para os países em desenvolvimento, tendo o seu país já criado um fundo de desenvolvimento sustentável, para monitoria e acompanhamento de ações relacionadas com os ODS. Aditou que fora também criado um GT de coordenação nacional, com o envolvimento de todos os atores relevantes. Destacou que ter documentos em língua portuguesa era uma mais-valia e congratulou o Brasil nesse sentido. Finalmente questionou em que medida a plataforma apresentada poderia ser acedida pelos Estados Membros dada CPLP para haver uma cooperação mais estreita, e em que medida o PNUD poderia estreitar a colaboração para que existisse uma plataforma única CPLP.

O PFC ANG disse que o seu país estava a dar passos na mesma direção e que estaria a incorporar estas questões no seu Plano Nacional de Desenvolvimento. Afirmou partilhar as preocupações levantadas por Moçambique. Saudou a vontade de cooperar neste âmbito, pois da interação conjunta poderia brotar frutos para CPLP.

A PFC STP expressou a sua satisfação por verificar que as questões que preocupavam São Tomé e Príncipe eram comuns, designadamente quanto às estatísticas. Considerou que a RPFC o fórum apropriado para verificar preocupações comuns e como responder as mesmas.

O representante de Timor-Leste interrogou sobre dos 4 eixos apresentados, quais as áreas de atuação nas quais o Brasil pretendia apostar.

A PFC PT relatou a experiência nacional, mencionando a existência de um plano de implementação dos ODS a nível nacional, coordenado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros em parceria com o Ministério do Planeamento e Infraestruturas. A nível interno, indicou que estavam incluídos municípios e freguesias nesse plano, mas que também havia uma atuação a nível dos fora internacionais, onde o Camões, IP era a entidade responsável.

O Conselheiro Mário Mottin explicou que, como cada país tem as suas prioridades, foram identificados eixos transversais, com destaque para como medir e como acompanhar indicadores. Notou que todos se estavam a organizar internamente com base nas experiências nacionais e haviam demonstrado forças e debilidades, pelo que a troca de experiências se poderia revelar muito útil. Considerou a partilha de experiências um eixo essencial do plano.

Sessão de Encerramento

O Secretário Executivo, proferindo algumas palavras de despedida, afirmou ter sido um privilégio ter podido beneficiar dos contributos dos PFC ao longo do seu mandato. Sublinhou que os mesmos lhe tinham permitido refletir sobre o rumo a dar a organização.

Notou que a RPFC constitui um interlocutor privilegiado por ser nele que se concentra o conhecimento sobre todas as áreas setoriais.

Enalteceu a Presidência de Timor-Leste pela forma inovadora como conduziu a Reunião e por ter ajudado a repensar a RPFC. A alocução encontra-se em anexo ao presente Relatório (anexo XII).

A PFC BR salientou o engajamento nos trabalhos, lamentando os atrasos na agenda, dizendo que deveriam ser mais realistas na sua preparação, conferindo maior atenção à programação e considerando tempos de reflexão para documentos analisados, designadamente financeiros. Finalmente expressou o seu agradecimento ao SECPLP e ao pessoal da ABC.

Grelha das Deliberações da XXXIII RPFC

Ponto da Agenda	Deliberações
4. Revitalização da Reunião de Pontos Focais de Cooperação	<ul style="list-style-type: none"> • Foi decidido continuar o processo de reflexão na XXXIV RPFC, em fevereiro de 2017, devendo os PFC ter como base de trabalho o diagnóstico apresentando pela Consultora Joana Amaral durante a presente RPFC; • Conforme deliberação da XXXII RPFC, espera-se a apresentação de uma proposta de revisão das categorias de decisão da RPFC com a introdução de novas categorias, por forma a poder acautelar situações em que seja reconhecido mérito à atividade proposta mas em que não haja financiamento.
5.2. Quadro de Execução de Projetos e Ações Pontuais do PIC	<ul style="list-style-type: none"> • Relativamente à IIª Fase do Programa CPLP nas Escolas, dá-se por encerrado o projeto, devendo os recursos remanescentes reverter para a linha orçamental “projetos a identificar conjuntamente entre o Secretariado Executivo e a RPFC”; • No que concerne ao Projeto de Capoeira, Angola e Guiné-Bissau reiteraram o seu interesse em que o projeto fosse desenvolvido nos respetivos países, tendo ficado com o compromisso de remeter pedido formal para o efeito e de iniciar concertações tendo em vista a identificação de recursos de contrapartida e instituições parceiras nacionais para acolhimento da atividade e implementação do projeto; • O Projeto “Intervenções de Alto Impacto: Saúde Comunitária em Quinara 2014-2016”, será retirado e deverá ser adotada uma deliberação sobre a aplicação dos recursos não executados; • O Secretariado Executivo da CPLP, em parceria com a RPFC, identificou Euros 35.000,00, de recursos livres existentes no Fundo Especial, que seriam afetos à Atividade INEP. Os recursos remanescentes a aplicar na atividade serão libertos do fundo para a Guiné Bissau existente no Fundo Especial da CPLP; • O Secretariado Executivo da CPLP, em parceria com a RPFC, identificou Euros 34.859,20 que seriam afetos à Atividade TCTC, através do Fundo Especial da CPLP;
6.1. Proposta Atividade Programa de Capacitação de Laboratórios de Engenharia da CPLP 2016/2017	<ul style="list-style-type: none"> • Aprovação do Projeto com a categoria de Decisão 1; • Serão disponibilizados por Portugal recursos, no valor de Euros 150.000,00 a que se somarão os recursos remanescentes da fase anterior.
6.2 Ação pontual “PLATAFORMA SKAN CPLP - mecanismo de partilha de conhecimento e tecnologia entre os Estados membros da CPLP para o desenvolvimento do sector	<ul style="list-style-type: none"> • Aprovação do Projeto com a categoria de Decisão 1; • Serão disponibilizados por Portugal recursos, no valor de Euros 110.000,00 a que se somarão os recursos remanescentes da fase anterior.

agroalimentar” (2ª Fase)	
6.3 II Semana da Juventude da CPLP (São Tomé e Príncipe)	<ul style="list-style-type: none"> • Aprovação do Projeto com a categoria de Decisão 1; • O Secretariado Executivo da CPLP, em parceria com a RPFC, identificou Euros 13.500,00 de recursos livres existentes no Fundo Especial, que seriam afetos à Atividade.
7.3 Campanha da CPLP “Juntos contra a Fome”	Do portfólio das iniciativas aprovadas no âmbito da Campanha Juntos contra a Fome e em consonância com as deliberações da XXXII RPFC, de fevereiro de 2016, será levada a deliberação da XXXIV RPFC, de fevereiro de 2017, uma nova iniciativa para aprovação. Esse exercício será mantido caráter de regularidade e programado nas RPFC seguintes.

Anexo I

XXXIII REUNIÃO ORDINÁRIA DE PONTOS FOCAIS DE COOPERAÇÃO DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA - CPLP

Brasília, 26 e 27 de outubro de 2016

LISTA DE PARTICIPANTES

- **ANGOLA**
 - Oliveira Francisco Encoge, Ponto Focal de Cooperação de Angola - Gabinete de Apoio à CPLP e PALOP, Ministério das Relações Exteriores;
 - Mário Augusto, Ministro Conselheiro, Missão de Angola junto à CPLP
 - Sanford Rodrigues, Ministério das Relações Exteriores;
 - Kadila Garcia, Ministério das Relações Exteriores;

- **BRASIL**
 - Embaixador Gonçalo Mello Mourão, Representante Permanente do Brasil junto da CPLP;
 - Embaixador Luís Henrique Sobreira Lopes, Diretor do Departamento de África do MRE Brasil
 - Ministra Andréa Saldanha da Gama Watson, Diretora-Adjunta da ABC, Ministério das Relações Exteriores;
 - Alessandra Ambrosio, Coordenadora-Geral de Cooperação Técnica com a CPLP da ABC e Ponto Focal de Cooperação, Ministério das Relações Exteriores;
 - Conselheiro Paulo André Moraes Lima, DCPLP, Ministério das Relações Exteriores;
 - Conselheiro Fernando Mello, DCPLP, Ministério das Relações Exteriores;
 - Secretária Maria Lima Kallás, DCPLP, Ministério das Relações Exteriores;
 - Secretária Raquel Pires, DCPLP, Ministério das Relações Exteriores;
 - Secretário Murilo Komniski, ABC, Ministério das Relações Exteriores;
 - OC Juliana C. Fronzaglia, ABC, Ministério das Relações Exteriores;
 - AC Mariana Miranda, ABC, Ministério das Relações Exteriores;
 - Tania Jardim, ABC, Ministério das Relações Exteriores;
 - Carmen Roseli C Menezes, ABC, Ministério das Relações Exteriores;
 - Zeli Rocha, ABC, Ministério das Relações Exteriores;
 - Riffat Rêgo Iqbal, ABC, Ministério das Relações Exteriores;
 - Bruna Bastos, ABC, Ministério das Relações Exteriores;
 - Eduardo Paulino, ABC, Ministério das Relações Exteriores;
 - Luísa Pelúcio Sousa, ABC, Ministério das Relações Exteriores.

- **CABO VERDE**
 - Filomena Lopes, Embaixada de Cabo Verde em Portugal.
 - Fátima Almeida, Conselheira da Embaixada de Cabo Verde em Brasília.

- **GUINÉ-BISSAU**
 - Marcelo Pedro d’Almeida, Ponto Focal de Cooperação, Ministério dos Negócios Estrangeiros da Cooperação Internacional e das Comunidades;
- **GUINÉ EQUATORIAL**
 - Cristina Mangué Abeso, Ponto Focal de Cooperação, Embaixadora no Ministério dos Negócios Estrangeiros;
 - Regina Martins, Missão Permanente da Guiné Equatorial junto da CPLP.
- **MOÇAMBIQUE;**
 - Albertina Mac Donald, Diretora para as Organizações Internacionais e Conferências (DOIC) no MINEC e Ponto Focal de Cooperação;
 - Sulemane Haje, Embaixada de Moçambique em Brasília;
- **PORTUGAL**
 - Sandra Magalhães, Diretora da Direção de Serviços Cooperação, Camões, Instituto da Cooperação e da Língua;
 - Eduarda Cabral e Silva, Técnica superior da DAM do Camões,-Instituto da Cooperação e da Língua.
- **SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE**
 - Katia D’Alva Carvalho, Ponto Focal de Cooperação da CPLP da Direção de Cooperação Internacional do Ministério da Economia e Cooperação Internacional;
 - Amílcar Afonso, Conselheiro na Embaixada da República Democrática de São Tomé e Príncipe, em Lisboa;
 - Abigail Tiny, Ministério da Economia e Cooperação Internacional;
- **TIMOR-LESTE**
 - Jesuino Alves, Direção para os Assuntos da CPLP, Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação;
 - Joaquim Fernandes, Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação;
- **SECPLP**
 - Georgina de Melo, Diretora Geral;
 - Manuel Clarote Lapão, Diretor da Cooperação;
 - Macsud Ismail, Diretor de Administração e Finanças
 - António Alves Lopes, Assessor Político-diplomático
 - Miguel Levy, Assessor Político-diplomático
 - António Ilharco, Assessor de Comunicação
 - Mário Mendão, Técnico Jurídico
 - Philip Baverstock, Técnico da Direção de Cooperação
 - Arlinda Cabral, Técnica da Direção da Ação Cultural e da Língua Portuguesa
 - Amália Martins, Técnica da Direção da Ação Cultural e da Língua Portuguesa
- **Convidados**
 - Conselheiro Mário Mottin, Chefe da Divisão de Desenvolvimento Sustentável do Itamaraty;

- Secretário Felipe Rodrigues Gomes Ferreira, Chefe da Divisão de Clima, Ozônio e Segurança Química do Ministério das Relações Exteriores do Brasil;
- Anderson Sant'Anna, Assessor da Secretaria Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ministério da Justiça e Cidadania;
- Flávia Santos Porto Marins, Coordenadora-Geral de Acompanhamento de Programas de Cooperação Internacional Secretaria de Direitos Humanos do Ministério da Justiça e Cidadania;
- Professor Edson Borges, Pró-Reitor de Relações Institucionais e Coordenador do Projeto RIPES;
- Mestre Ralil Salomão, Coordenador Grupo Raízes do Brasil;
- Haroldo de Oliveira Machado Filho, Assessor Sênior do PNUD Brasil;
- Joana Amaral, Consultora;
- Normando Vitorino Tenystocles, Gerente Executivo da Associação de Deficientes e Familiares (ASDEF).

Anexo II

XXXIII REUNIÃO ORDINÁRIA DE PONTOS FOCAIS DE COOPERAÇÃO DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA - CPLP

Brasília, 26 e 27 de outubro de 2016

AGENDA FINAL

1. Sessão de Abertura
2. Aprovação da Agenda de Trabalho e do Programa
3. Apresentação pelos Pontos Focais de Cooperação do acompanhamento e articulação com as áreas Sectoriais
4. Ponto de Reflexão: Revitalização da Reunião de Pontos Focais de Cooperação
 - 4.1. Aferir a efetividade das atribuições dos PFC por meio da análise das “Atribuições Específicas da Reunião dos Pontos Focais de Cooperação” e da “Metodologia de Trabalho dos Pontos Focais com o Secretariado Executivo da CPLP”, bem como dos mecanismos de articulação nacionais com os Gabinetes de Coordenação do tema CPLP e Pontos Focais Setoriais.
 - 4.2. Elaboração conjunta de um plano de ação para a revitalização da Reunião dos Pontos Focais de Cooperação
5. Programa Indicativo de Cooperação
 - 5.1 Execução Financeira em 2016
 - 5.2 Quadro de Execução de Projetos e Ações Pontuais do PIC
6. Apresentação de Propostas de Atividades
 - 6.1 Ação pontual “PLATAFORMA SKAN CPLP – mecanismo de partilha de conhecimento e tecnologia entre os Estados membros da CPLP para o desenvolvimento do sector agroalimentar” (2ª Fase)
 - 6.2 II Semana da Juventude da CPLP (São Tomé e Príncipe)
 - 6.3 Programa de Capacitação de Laboratórios de Engenharia da CPLP 2016/2017
7. Pontos de Informação:
 - 7.1 2016 – Ano Internacional da CPLP contra o Trabalho Infantil
 - 7.2 Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (II Fórum de Agricultura Familiar)

- 7.3 Campanha da CPLP “Juntos contra a Fome”
 - 7.4 I Reunião Técnica de Energia da CPLP
 - 7.5 IV Conferência da Governação Eletrónica da CPLP
 - 7.6 IX Reunião Ministerial das Telecomunicações
 - 7.7 IX Conferência de Ministros da Juventude e Desporto da CPLP
 - 7.8 Primeiro *workshop* do Segmento Lusófono da Parceria para MRV (“MRV Partnership”)
 - 7.9 I Congresso das Organizações Sociais dos Países de Língua Portuguesa.
 - 7.10 VIII Fórum Mundial da Água
8. Apreciação de Proposta de Declaração dos Chefes de Estado e de Governo
9. Seminário: Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e o impacto da Agenda 2030 no futuro da Cooperação na CPLP – Contribuições da CPLP.
- 9.1. Palestra do Chefe da Divisão de Desenvolvimento Sustentável do Itamaraty, Conselheiro Mário Mottin, sobre o atual estágio de implementação da Agenda 2030 tendo como base o debate realizado em setembro de 2016, bem como as perspectivas que envolvem a cooperação.
- 9.2. Apresentação do Programa de Presidência brasileira para a CPLP, cujo tema é "A CPLP e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável" e da proposta de estratégia brasileira para a elaboração conjunta de um plano de ação nessa seara e de suas estratégias de implementação.
10. Sessão de Encerramento